

# **As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros**

*André Luis Ramos Soares\**, *Daiane Tonato Spiazzi\*\**,  
*Fabiana de Oliveira\*\*\**, *Guilherme Dias\*\*\*\**

## **Resumo**

Em 1937, Mário de Andrade elabora um anteprojeto de Lei para salvaguardar os bens patrimoniais brasileiros. Contemporâneo em sua tendência, dá base para a elaboração do Decreto-lei nº25/37, escrito por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esse Decreto, porém atende aos objetivos do Estado Novo. Portanto o contexto que o SPHAN começou a atuar provinha de uma posição altamente centralizada, com um viés ideológico definido e debruçada sobre uma cultura patrimonial elitista da qual só poderia promover atitudes excludentes em relação ao patrimônio cultural nacional. O processo de nacionalização promovido pelo Estado Novo, em verdade, acelera e intensifica algo que já estava em curso nas elites dominantes brasileiras há algum tempo: a tentativa de formar uma noção de pertencimento nacional, uma identidade nacional. E para isso era necessário que todos falassem e praticassem a cultura brasileira, sem levar em conta suas origens e tradições. Esse ideal caracteriza-se por ser altamente excludente. Portanto, o que se percebe é que o

Instituto de deveria salvaguardar os patrimônios materiais e imateriais do povo brasileiro, inicia seus trabalhos voltados para uma classe dominante e exclui os verdadeiros produtores da cultura e da história brasileira. E é só a partir de 1984 que vai haver uma ruptura na barreira eurocêntrica e elitista. Pela primeira vez um bem importante para a história e memória do povo negro foi reconhecido pelo Estado. Revelando assim uma lenta evolução no pensamento de valorização do patrimônio popular no Brasil.

**Palavras-chave:** Patrimônio, Educação Patrimonial, SPHAN, Estado-Novo, Exclusão.

## Patrimônio e Poder: a Memória que excluí

As pessoas atingidas pela destruição socioeconômica dos espaços urbanos mais pobres estão perdendo suas identidades individuais e coletivas (HORN e GERMINARI, 2006, p.124).

Neste artigo buscaremos demonstrar, as relações de poder e exclusão que acabam acontecendo na eleição, manutenção e preservação dos patrimônios. Ao analisarmos rapidamente parte da História do Brasil perceberemos que em determinados momentos históricos a memória preservada não representa nem metade da população nacional. Assim, percebemos a existência de uma elite intelectual e política que assumiu a responsabilidade pela formação da nação brasileira, da identidade e da memória coletivas. Como explica Graham:

Essa classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juizes, jornalistas, professores, médicos, políticos e burocratas, isto é, os "intelectuais orgânicos" como Antônio Gramsci os chamaria. Através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, emergiu um forte estado centralizado. (GRAHAM, s.d.).

Em seu trabalho o autor analisa a formação da nação brasileira, que se daria após a independência, através das relações entre as classes dominantes que, em troca de favores e cargos, garantiriam a "ordem" a nível local. Desta forma a construção da identidade nacional aconteceria de cima para baixo, auxiliada pelos autores românticos com o mito do "bom selvagem" e pelo sentimento despertado pela Guerra do Paraguai a partir de 1864. Tal sentimento forjado também ajuda na explicação do por que o império colonial português constituiu-se em um único país ao contrário das colônias espanholas na América.

Marilena Chauí nos ajuda a compreender o quanto o patriotismo foi importante para a nação emergente.

Ou, como escreve Hobsbawn, “a necessidade de o Estado e as classes dominantes competirem com seus rivais pela lealdade das ordens inferiores se tornou, portanto aguda”. O Estado precisava de algo mais do que a passividade dos cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”, o patriotismo (CHAUÍ, 2000, p.18).

Graham explica que muito deste patriotismo deve-se a Guerra do Paraguai e é a partir daí que o exército aumenta seu prestígio social e passa a buscar representatividade política, essa busca aliada a outros fatores, como penetração das teorias evolucionista e positivista, levaria a proclamação da República.

A população praticamente ignorou a mudança de regime. A sua vida não sofreu grandes alterações porque a derrubada da monarquia ficou restrita a um pequeno número de militares intelectuais e políticos que tinham tomado parte direta no desenrolar dos acontecimentos (NEVES E MACHADO, 1999, p. 444).

### **Patrimônio e Exclusão: A lenta evolução do pensamento de valorização da cultura popular brasileira**

Para falar sobre patrimônio é necessário que se faça um resgate histórico das ideologias das quais tangenciaram as Leis e Decretos que dão suporte aos institutos que gerenciam o patrimônio nacional. Essa ideologia torna-se mais clara quando parte-se do pré-suposto que o órgão nacional de proteção ao patrimônio IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi criado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Deste modo, é possível identificar fortes tendências e ideologias disseminadas pelo governo estadonovista, onde o objetivo de nacionalização e homogeneização da população brasileira faz com que se crie uma “cultura patrimonial” da qual exclui as maiorias. Nesse processo de exclusão, abolem-se do “status” de patrimônio, as culturas dos imigrantes, negros e pobres.

Dessa forma, se julgou importante, desenvolver uma análise detalhada dos processos que ocorreram para que fosse criado o IPHAN e também as tendências das quais este absorveu do momento histórico do qual fazia parte no momento de sua criação. Mas também julga-se de grande valia verificar a evolução do pensamento de valorização patrimonial, para se constatar se houve avanços na ideologia inicial dominada pela elite. Para tanto, ainda torna-se necessária fazer uma crítica em tom de denúncia, para alertar aos maiores interessados, intitulados como excluídos, que estes têm o direito de valorizar, conservar e tornar de conhecimento de todos sua cultura, tradições e bens materiais.

Portanto esse artigo torna-se justificável pelo seu caráter esclarecedor e crítico, do qual objetiva não só trazer ao conhecimento e promover a compreensão dos processos históricos envolvendo o patrimônio nacional, mas também tornar público as razões pelas quais ainda hoje muitos são excluídos dos seus direitos de valorizar o que julgam importante para a sua identidade. Sendo assim, pretende-se instigar esses “excluídos” a buscarem juntos aos órgãos competentes meios de salvaguardar suas identidades.

### A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

Costuma-se dizer que as origens da noção de preservação do patrimônio no Brasil se dão na década de 1920, quando são elaborados os primeiros projetos de lei a esse respeito. Porém existem registros de preocupações com o patrimônio cultural, desde meados do século XVIII, quando, o então vice-rei do Brasil, D. André de Melo e Castro, enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, com a clara intenção de impedir uma transferência de um quartel para um edifício que havia sido construído pelos holandeses, o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau.

Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, quem em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania<sup>1</sup> (LEMOS, 2004)

No entanto, o primeiro a criar um programa para valorizar os patrimônios nacionais, foi o português radicado no Brasil, Ricardo Severo, do qual profere a conferência “A Arte Tradicional Brasileira” propondo a valorização das raízes nacionais na arquitetura. Também transferiu para solo brasileiro o programa nacionalista do movimento denominado “Casa Portuguesa”. Tal viés nacionalista é que, possivelmente, seduziu alguns dos intelectuais modernistas ligados à Semana de 22, como Mário de Andrade.

O projeto de lei federal do deputado José Wanderley de Araújo Pinho, apresentado em 1930, continha uma visão mais abrangente do patrimônio histórico e artístico nacional do que seus antecessores, passando a incluir “todas as coisas imóveis ou móveis do qual o Estado deveria estender sua proteção, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza”.

Portanto, na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes. O primeiro deles data de 1933, quando a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional, em reconhecimento a seu rico passado histórico – palco da Inconfidência Mineira – e a seu opulento patrimônio edificado, do qual a maior parte é atribuído ao gênio máximo da arte colonial, o mítico Aleijadinho.

No ano seguinte – 1934 – o governo federal criou a Inspeção dos Monumentos Nacionais, no âmbito do Museu Histórico Nacional, que chegou a promover intervenções de restauro em vários monumentos de Ouro Preto. Neste mesmo ano foi

promulgada nova Constituição Federal, que incluía entre os deveres do Estado a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país.

Outro aspecto indicativo da ampliação do debate sobre o patrimônio é a criação, em 1935, da primeira “organização brasileira de estudos de coisas e de sonhos brasileiros”: o Departamento Municipal de Cultura (DMC) da cidade de São Paulo. O primeiro diretor do DMC foi Mário de Andrade, tendo como colaboradores, entre outros, Sérgio Milliet (na Divisão de Documentação Histórica e Social) e Rubens Borba de Moraes (na Divisão de Bibliotecas). Com seu entusiasmo habitual, Mário lançou-se de corpo e alma à organização de várias e diversificadas atividades culturais: a criação das Bibliotecas Circulante e Infantil, bem como da Sociedade de Etnologia e Folclore; e a realização do Congresso de Língua Nacional Cantada. Mário e Paulo Duarte planejavam ampliar a esfera de atuação do DMC criando o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) de São Paulo. Com tais planos em mente, é que, ambos dedicavam-se a viagens de fins de semana “(...) para ir descobrir ruínas, capelas antigas, velhos casarões coloniais” (Mário de Andrade). O golpe de 1937, porém, abortou a realização destes planos.

Enquanto tais eventos tinham lugar em São Paulo, um passo significativo foi dado no Rio de Janeiro: a criação, ainda provisória, em 1936, do primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) -, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Capanema logo recorreu a Mário de Andrade - certamente em função de seu envolvimento no DMC/ SP -, encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Mário imediatamente passou a acumular a função de representante do SPHAN em São Paulo; foi nessa condição que elaborou um inventário preliminar, enumerando os exemplares do patrimônio cultural paulista que conseguira identificar em suas excursões com Paulo Duarte. A atuação do SPHAN foi

regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade - onde, entretanto, costuma-se apontar a influência do citado anteprojeto de Mário de Andrade, do qual possuía tendências contemporâneas, tais como:

- A primeira refere-se à proteção dos denominados bens imateriais. Nas categorias de bens culturais de arte arqueológica e arte ameríndia consta a inclusão do tema “folclore ameríndio”, que se manifesta nos “vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias”, e na categoria arte popular consta o tema “folclore”, que consiste na “música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas”, dentre outros.

- A segunda tendência refere-se à noção de que o bem cultural necessariamente não é um bem monumental de aspecto grandioso. Esta concepção depreende-se do anteprojeto nas categorias artes arqueológicas e ameríndias ao se inserirem “objetos” considerados “fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentárias”, dentre outros, assim como na categoria arte popular.

Porém sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a convite de Gustavo Capanema, o projeto inicial de Mário de Andrade sofreu modificações consideráveis. Pois diferentemente do escritor modernista que propunha através de suas incursões a campo apresentar à população nacional um Brasil pluriétnico, marcado por distintas características regionais e com uma raça que ainda não estava definitivamente estabelecida. O SPHAN (1937) tinha como finalidade preservar não as singularidades regionais, mas sim valores comuns a todo o país, por meio de heróis nacionais, personagens históricos e fatos que marcaram a construção do Brasil. Eram dados que serviam para reforçar a importância do “sacrifício pela Nação”, ideologia disseminada por Getúlio Vargas durante o estado Novo, que queria desenvolver na população um respeito à unidade e perpetuação da Pátria.

Ao contrapormos a proposta inicial de Mário de Andrade com a resolução de Rodrigo de Andrade, vemos que ambos tratam de um projeto nacional distinto. O segundo através da revelação nacional pautada na pluralidade étnica propõe a criação de um país ajustado, assim como o Estado Novo. Atende a uma classe dominante, e com o objetivo de homogeneizar a população para ter um maior controle sobre eles e assim promover um governo centralizado nos seus ideais. E, portanto, guiar a nação de forma “segura” para o futuro. Contudo, Mário de Andrade, diferentemente do Estado Novo, propõe uma resposta que valorize a variedade cultural, os distintos “Brasis” dentro de um Brasil; e que esta alteridade cultural deva ser visto como a nossa característica singular. Cabendo ao governo e aos intelectuais desenvolverem na população o gosto pelo conhecimento e valorização dessas particularidades, promovendo a busca por suas identidades.

Mas o Estado Novo, não aprovava esta proposta, pois temia deparar-se com uma possível incongruência que pudesse vir a ser gerada entre o Estado e a Nação, por via dessa pluralidade cultural. Para isso o Ministério da Educação e o SPHAN tinham a obrigação de auxiliarem na meta de incutir uma cultura comum e perseguir um programa de homogeneização entre os cidadãos. Isso auxiliaria o Estado Novo na defesa de sua legitimidade, por meio da criação de uma Nação. Além do que, se tornaria mais fácil governar se conseguissem criar um senso de comunidade entre os membros que compõem a Nação, gerando outros laços além dos meramente políticos.

Por isso, o governo não almejava construir um Brasil em moldes macunaímicos, pautado na diversidade cultural e numa Nação que ainda consolidava a sua “cor”, ou melhor, a sua identidade. Sua ambição estava em reunir diversos fatos históricos sob um único suposto “mito de origem”; isto é, traços e crenças com os quais os cidadãos de todos os estados federativos, que pertenciam a distintas origens culturais pudessem identificar-se.

Portanto, tratava-se de documentos com ênfases diversas: no de Mário, verifica-se uma preocupação em conceituar o que é

patrimônio, inclusive estendendo esta conceituação a expressões da cultura popular; o Decreto-lei 25/37, por sua vez, privilegia as implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento, principalmente a famosa questão do “direito de propriedade”.

Se trouxe vantagens por um lado, é certo que o funcionamento do SPHAN como órgão integrante de um regime discricionário trouxe também inconvenientes, deixando marcas não só na própria estruturação e forma de funcionamento do órgão, como na “cultura do patrimônio” que começou pouco a pouco a se instaurar. No que diz respeito ao funcionamento do SPHAN, é evidente a centralização exacerbada das atividades preservacionistas - seleção de bens para tombamento, critérios de restauração, etc. - nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos, portanto de uma classe dominante. Quanto ao que podemos chamar de “cultura do patrimônio”, outro inconveniente é a associação imediata entre “patrimônio” e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo na época, tais como o estímulo ao sentimento de nacionalidade e a pretensão de amalgamar a nação em torno de uma identidade cultural “consentida”.

Muitas das manifestações iniciais de Rodrigo Melo Franco de Andrade são emblemáticas a esse respeito: Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte eruditas e populares, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país - é o documento de identidade da nação brasileira.

Já no Ministério da Educação, Gustavo Capanema de 1934 a 1945, trabalhou de muitas maneiras não só para aumentar a rede de escolas públicas como também para inculcar os valores do regime. O Ministro Capanema encomendou livros didáticos de modo a reforçar a identidade nacional e a lembrar os estudantes a “indiferença dos regimes passados pelas questões sociais”. Capanema criou novos órgãos, como, por exemplo, o Instituto Nacional do Livro, para disseminar a cultura patriótica. Os currículos escolares

foram alterados para que pudessem estimular o orgulho nacional, a disciplina, bons hábitos de trabalho, valores relacionados à família, hábitos de economia e a moralidade. A História, a Geografia e a Literatura do Brasil receberam uma nova ênfase. Pedia-se que as escolas produzissem cidadãos cujas atitudes conduzissem ao desenvolvimento nacional. Os técnicos experimentavam novas abordagens que visavam à nacionalização da cultura e a “difusão emocional de valores nacionais”.

Durante a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-45), havia a preocupação de preservar o que era originariamente brasileiro. Essa preocupação também se expressava nos projetos de arquitetos, como Lúcio Costa, preocupados em compor uma arquitetura “autenticamente nacional”. As produções da época modificavam, definiam e até criavam novos valores para considerar o que era patrimônio. Os prédios criados durante o ministério de Capanema, mesmo antes de serem levantados, já eram projetados com o intuito de se constituir um monumento: uma edificação feita para lembrar. Seguindo a linha modernista, eram diferentes de tudo o que havia no país, o que demonstra, mais uma vez, que o patrimônio é fruto de questões políticas e ideológicas de quem está no poder. (CABRAL, OLIVEIRA, s.d).

Conseqüentemente, nesse momento o SPHAN não passa de um instrumento ideológico nas mãos do Governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto sua principal função era criar ou enaltecer uma cultura que servisse a toda nação e engrandecesse as ações estado-novistas. Por isso a escolha de grandes obras, heróis nacionais e grandes feitos, geralmente ligados ao exército, que dava base ao governo de Vargas. Mesmo que esses não identificassem a maioria da população, como é o caso do Herói da Inconfidência Mineira – Tiradentes.

No que diz respeito à seleção de bens culturais para tombamento, percebe-se que ainda é absolutamente predominante a noção de patrimônio como “obra de arte”, e que mesmo os

exemplares arquitetônicos são encarados como “únicos”, “excepcionais” - como se depreende do Cap. I Art. 1, do Decreto-lei 25/37. Na prática, tais critérios privilegiavam a excepcionalidade e a representatividade dos bens culturais de alguns momentos específicos da história brasileira e da classe dominante.

ART. 1 - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto Lei nº 25/37).

Essa é a ideologia sobre a qual o SPHAN começou a por em prática sua difícil tarefa de salvaguardar os bens culturais brasileiros. E o fez, como vimos, de uma posição altamente centralizada - quase antidemocrática -, com um viés ideológico definido - o do reforço de uma identidade nacional “autorizada”; e debruçando-se sobre um assunto - a arquitetura brasileira - então pouco conhecido dos próprios técnicos, quanto mais do público em geral.

Estas características da atuação do SPHAN sobre o patrimônio cultural prevaleceram a grosso modo durante aquela que é conhecida como a “fase heróica” do órgão, e que corresponde à própria gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-67). Porém, seu impacto sobre a “cultura do patrimônio” foi pouco a pouco se instaurando e alcançou longevidade bem maior, sendo ainda identificável hoje. A partir da gestão Soeiro (1968/79), a atuação do SPHAN, que passou a ser Instituto em 1970 (IPHAN), passou a inserir-se no processo de internacionalização da preservação. É também a partir de então que o conceito de monumento começa a se ampliar, e a questão da preservação da ambiência dos bens tombados e dos centros históricos passa a colocar-se de forma indiscutível, seguindo, aliás, o debate internacional a respeito, como se observa na Carta de Veneza:

Art.1 – O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios,

urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (CARTA DE VENEZA - CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS 1964).

É no início de década de 70 também que o Governo Federal, reconhecendo a incapacidade de proteger eficientemente todo o patrimônio nacional, apela aos Estados e Municípios para que exerçam uma ação complementar do (agora) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), classificando (tombando) e protegendo monumentos de interesse regional ou local. Pressiona porém a ambos, para criarem legislações à imagem e semelhança da federal.

Neste momento, novos agentes do patrimônio entram em cena: é aí que começam a ser criados os primeiros órgãos estaduais de preservação, como o CONDEPHAAT, em São Paulo, o IPHAE, no Rio Grande do Sul, por exemplo. Os monumentos arquitetônicos e urbanísticos passaram a ser encarados não mais como bens de valor exclusivamente artístico ou histórico, mas também como elementos inseridos num contexto sócio-econômico, portanto portadores de um papel dinâmico e mutável numa trajetória histórica. Assim, sempre que possível, as operações de preservação patrimonial passaram a ser executadas articuladas com planos e políticas específicas de desenvolvimento econômico local e regional, visando também objetivos sociais e econômicos, além dos culturais - bem de acordo, aliás, com as Normas de Quito, de 1967 (reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, organizado pela OEA - Organização dos Estados Americanos.).

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que

seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz (NORMAS DE QUITO, 1967. ITEM VIII - 2. IN CARTAS PATRIMONIAIS. IPHAN, P. 136).

Vê-se, pois, que desapareceu do ordenamento jurídico brasileiro a exclusividade de atuação estatal no que permeia à preservação do patrimônio cultural, posto que agora a participação comunitária em tais ações passou a ser um direito constitucionalmente assegurado. Essa participação nas ações de preservação do patrimônio cultural deve se dar mediante a atuação conjunta de parcelas organizada da comunidade (associações culturais, instituições escolares etc.) e com os federativos (União, Estados e Municípios), observada logicamente a ação fiscalizadora dos órgãos competentes (IPHAN, IBAMA etc.).

No que diz respeito à preservação do patrimônio cultural brasileiro, a nova Constituição foi clara ao dispor em seu art. 216, § 1º que: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Portanto, na Constituição de 1988 abriram-se outras possibilidades para a proteção dos bens culturais no país, com a previsão de novos instrumentos legais, entre os quais a competência compartilhada da União, Estados e Municípios em matéria de patrimônio, a planificação urbana, o inventário e o registro áudio visual de manifestações culturais performáticas. "Infelizmente, essas possibilidades em sua grande maioria não foram ainda utilizadas, em grande parte pelo temor de compartilhar com outras instâncias de poder competências exclusivas." (CABRAL, OLIVEIRA, s.d.).

Com a posse de Fernando Collor de Mello, na década de 90, houve uma reestruturação do IPHAN/ Pró-Memória. Este passou a se chamar Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC. Além disso, foi editado o Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que

instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, constituintes do Patrimônio Cultural Brasileiro, como também a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Nos dias atuais, as articulações políticas efetivamente implantadas estão mais voltadas para atividades turísticas, isto é, atividades que visam a promover o contato direto entre o público e os bens preservados. O patrimônio assim passa a ser visto como uma mercadoria:

A cultura do povo é ingrediente a ser instrumentalizado, dirigido, recuperado na pureza capaz de ser consumida pelo expectador/consumidor, ávido do exótico, do diferente. E a obra de arte, erudita ou não, estática na construção ou dinâmica nas manifestações, mas sempre avaliada como bem comerciável. A difusão cultural passa a ser programada pelo fluxo turístico previsível, em razão do que se torna inadiável restaurar física e socialmente a área. Restaurar, isto é, reaver formalmente o passado, segundo uma perspectiva e um interesse elitistas. Devolver os quarteirões a suposta ambiência de um mundo imaginariamente faustoso, resgatando a área do estigma presente de marginalidade para melhor se ajustar aos objetivos de turismo cultural (IPAC, 1986, p. 14).

Arte, cultura e patrimônio arquitetônico e histórico têm sido alguns dos principais alvos do Turismo em todo o mundo. A cada ano, são movimentados milhões de dólares a partir da busca de turistas por locais históricos, patrimônios artísticos e legados culturais. Assim, a criação de patrimônios nacionais passou a ser uma construção social de extrema importância política e o seu significado é atribuído de acordo com as circunstâncias do momento.

Sendo assim, para o Plano Nacional de Turismo - Diretrizes, Metas e Programas - 2003-2007 - do atual Governo Lula, o turismo é tido como o segmento da economia que pode atender de forma mais adequada os desafios no campo do desenvolvimento econômico e social. O documento cita ainda o turismo como atividade, como forma de proteção ao patrimônio natural e cultural, como instrumento e organização e valorização da comunidade, como

instrumento de fortalecimento da identidade local, entre outros. O plano segue o modelo de gestão descentralizada e participativa, levando em conta as especificidades locais e situando os diversos atores sociais (governo, iniciativa privada, terceiro setor, comunidade local) como sujeitos do planejamento turístico.

### A ideologia do Estado Novo na origem do pensamento de preservação do Patrimônio Brasileiro

O Estado Novo é caracterizado pelo período que compreende os anos de 1937 a 1945. Este apresenta uma forte política nacionalista, através da qual Getúlio Vargas exerce uma dominação carismática que legitima o Estado. Faz-se, neste momento, forte uso dos meios de comunicação, a fim de aglutinar “as massas trabalhadoras”. Glorifica-se o trabalho, o novo cidadão que constituirá uma nação forte. O presidente Vargas tinha sua imagem fortificada e glorificada, era o grande líder, considerado “pai dos pobres”.

O governo de Getúlio Vargas preocupa-se em inserir o Brasil no curso da Modernidade, através de um Estado forte capaz de oferecer liberdade aos indivíduos e responsável por permear os diversos grupos sociais<sup>2</sup> que tendiam a absorção da personalidade individual. É responsável por garantir uma emancipação, que não significava abandonar o cidadão a si próprio, num processo de desmoralização; mas, em oferecê-lo propostas elevadas, dignas de serem cultuadas e enraizadas de valores éticos e coletivos. Assim os intelectuais passam a vê-lo com bons olhos.

Era a possibilidade de se criar um “novo homem” por meio de um “novo” Estado, vinculado a uma política de desenvolvimento “cultural sustentável”; para que o país pudesse ganhar destaque lá fora. Comprometido, ainda, com a moralidade e a disciplina pública, além do conhecimento de “si próprio”, ou seja, de seu conjunto de características particulares da vida intelectual, artística, moral, social e material, necessários para que a Modernidade fosse servida com proveito, aos interesses brasileiros.

Porém, a chegada do Estado Novo traz consigo a desconfiança de tudo que não fosse brasileiro. Conseqüentemente, as regiões com forte imigração estrangeira, começaram a ser vigiadas para que a “ordem fosse assegurada”. Para Angélica Rios, citada por Dalmolin “o projeto de nacionalização autoritária, implementado pelo Estado Novo, não proibiu que a italianidade fosse sentida, e sim que ela fosse externada”. Para que fosse viável a construção do tão almejado estado forte, independente e moderno, era necessário que todos os brasileiros se engajassem nessa obra. (DALMOLIN, 2005).

Algo ambicionado pelo governo Federal que buscava por meio da cultura e da educação criar um país homogêneo e unido por ideais comuns. Enfim, não um “Homem Livre”, como a pedagogia da Escola Nova almejava, mas um “Homem Nacional”. Contudo, não era de seu interesse deixar os membros deste movimento educacional de fora da reformas culturais do país. Através de convites, estes, também foram sistematicamente sendo inseridos no Ministério da Educação.

O Estado Novo também se preocupou em inserir nos seus ideais membros da Igreja Católica, intelectuais de extrema direita, muitos dos quais atrelados ao Exército Nacional. Para conseguir essas adesões firmou acordos, como quando este promulga um decreto em abril de 1931 que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, abolido da Constituição desde 1891, que era visto pela Igreja como um campo ideal para articular sua doutrina e a prática.

Em relação aos intelectuais comprometidos com um nacionalismo de extrema direita, estes viam por bem a criação de uma imagem “mítica” do governo, capaz de agregar sob sua “aura” todos os ideais nacionalistas que o governo propunha. Com isso, ao ser cultuado através de manifestações públicas essa imagem, indiretamente estaria sendo cultuada pela própria sociedade brasileira<sup>3</sup>.

A proposta do Estado Novo era desenvolver um Estado Moderno, essencialmente montado sob ideais nacionalistas. Com uma ideologia específica, capaz de desenvolver um projeto

pedagógico responsável em gerar uma Nação fiel às aspirações do Estado.

Toda a ação educadora e toda a política cultural do governo estiveram voltadas para o engrandecimento da pátria. Com o apoio do exército e o carisma de Vargas, o Estado Novo inaugurou uma nova era nacionalista, a era do nacionalismo autoritário.

Com o golpe de 1937, Vargas expande a questão nacional para todos os campos da sociedade, isto é, economia, política, administração pública, educação, cultura, tudo era visto sob o viés do nacionalismo.

Causas externas como a II Guerra Mundial, a ascensão do nazismo e do fascismo são reconhecidas pelo governo e pelos órgãos competentes como os principais motivos à proibição das culturas estrangeiras.

Para se construir a unidade interna, baseada em uma identidade nacional, era necessário a visualização do diferente. A criação de um inimigo ameaçador da ordem governamental era imprescindível para a defesa da pátria. O Estado Novo tinha por objetivo manter a estabilidade interna e, assim, tornava-se necessário eliminar doutrinas ideológicas que colocassem em risco a tão almejada paz social.

A necessidade de homogeneização, centro do projeto estadonovista, emerge, ao que tudo indica, das dificuldades apresentadas pelas classes dominantes em operacionalizar essas dificuldades culturais dentro de uma ordem pública em construção, onde o gerenciamento dos conflitos tornava-se cada vez mais complexo. A vigilância e a suspeição foram as estratégias adotadas nesse processo de homogeneização.

No interior do país, as formas de controle social foram as mais diferentes possíveis, demonstrando com isso dois aspectos possíveis: a inexistência de estruturas para o desenvolvimento daquelas funções e a diversidade de formas encontradas pelas autoridades e pela população para a aplicação das exigências do controle absoluto sobre os possíveis “inimigos da pátria”.

O controle se fazia nos mais diferentes setores da vida das pessoas, perpassando o trabalho, a comunidade ou a riqueza de cada um, observando-se a profundidade do controle bem como a posição do governo brasileiro.

O processo de nacionalização promovido pelo Estado Novo, em verdade, acelera e intensifica algo que já estava em curso nas elites dominantes brasileiras há algum tempo: a tentativa de formar uma noção de pertencimento nacional, uma identidade nacional. Contudo, será esse Estado, mediante suas legislações e práticas que se empenhará em impor esse objetivo como um desejo dominante.

Vários foram os decretos criados durante esse período que tinham por objetivo disciplinar a imigração e a vida dos estrangeiros no país. Por exemplo, o Decreto-Lei nº 3010, de 1938, que pretendia exercer um controle político, sanitário e econômico dos imigrantes.

Estavam também impedidos de desembarcar, mesmo com o visto consular em ordem, indivíduos classificados como indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres, doentes de vários tipos, anarquistas, terroristas, extremistas, prostitutas, alcoólatras ou toxímanos (art.113). Também estavam proibidos de entrar aleijados, mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos e atingidos por afecção mental (art.114). Estava proibida ainda a constituição de núcleo colonial de estrangeiros de uma só nacionalidade... (art.165).

O Decreto-Lei 383, de 18 de abril, proibia aos estrangeiros fixados em território nacional o exercício de qualquer atividade de natureza política e de se imiscuírem, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país (art.1). Como proibições especiais contidas no art. 2, estavam as de criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes ou quaisquer estabelecimentos. Eram proibidos de hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas ou estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro; de organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões; de manter jornais, revistas ou outras publicações, de publicar artigos e comentários na imprensa, de conceder entrevistas, discursos, diretas ou por rádio difusão ou de utilizar qualquer outra

forma de publicidade e difusão. Tais proibições atingiam também as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros.

Formava-se, assim, uma nova ordem política direcionada para a ideologia de centralização do poder, sendo o Estado o protetor dos interesses nacionais e da justiça social, resultando na soberania nacional e na consolidação do Estado Nacional.

Contudo, muito do que a propaganda afirmava revelou-se falso. A burocracia expandida e o uso contínuo do apadrinhamento para preencher as sinecuras governamentais fizeram surgir a necessidade de um número enorme de “despachantes”, que mediante uma taxa, conseguiam desembaraçar os nós burocráticos, garantindo tratamento privilegiado a seus clientes. A propaganda despejada pelo DIP assegurava e ressegurava que Vargas lutava apaixonadamente pelos pobres. Ao dizer às classes trabalhadoras que elas eram o alicerce sobre o qual se assentava seu movimento político, assim Vargas expandia sua popularidade, enquanto a política investia contra os sindicatos não governamentais.

## Patrimônio e Exclusão

Pode-se considerar patrimônio como sendo o conjunto de bens produzidos por gerações passadas, como resultado de uma experiência coletiva, que uma sociedade deseja manter como representante de sua cultura e tradição.

Esses bens culturais que herdamos de outras gerações ajudam a formar a identidade dos diferentes grupos que formam uma nação, permitindo assim, que se mantenha uma memória coletiva, fazendo com que estabeleçamos elos de pertencimento com os nossos antepassados.

A participação da população na decisão sobre o que é patrimônio é decisiva para sua preservação. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma valorização desses bens, e isso só vai ocorrer na medida em que houver conhecimento, identificação e

proximidade das pessoas com os bens culturais. É preciso considerar a participação da sociedade na construção do patrimônio seja diretamente, nas reivindicações de tombamento junto aos órgãos oficiais ou indiretamente, através de iniciativas da sociedade civil. Essas demandas sociais são fundamentais, porém ainda incipientes no Brasil.

Falar de uma demanda social em termos da constituição de um patrimônio cultural da nação é bastante problemático, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, na qual, ao lado da pluralidade dos contextos culturais, existem profundas desigualdades econômico-sociais, e a autonomia de uma esfera cultural sequer faz sentido para alguns grupos da sociedade nacional, lembra a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, integrante do Conselho Consultivo do IPHAN. (In: CANTARINO, s.d.).

A realidade ainda hoje vista no Brasil é que a grande maioria dos pedidos de tombamento, parte de instituições como o IPHAN ou outros órgãos de preservação estaduais e municipais. Assim, percebe-se que a escolha daqueles patrimônios a serem tombados possui ainda uma tendência elitista, como verificamos no caso de Brasília: "As decisões sobre o tombamento de Brasília foram tomadas apenas pela elite. A consagração da cidade como patrimônio da humanidade e os processos subsequentes de tombamento ficaram muito distantes dos moradores, que mal tiveram conhecimento disso", afirma (Sandra Bernardes Ribeiro<sup>4</sup>. In: CANTARINO, s.d.).

Esse princípio de exclusão da maioria nas decisões de escolha dos patrimônios que serviriam como representantes de sua cultura e que deverão expressar sua identidade, está sustentado sobre a política que inaugurou os serviços do IPHAN. Políticas estas atreladas ao Estado Novo de Getúlio Vargas.

Como já foi visto, o objetivo do Estado Novo era homogeneizar a cultura brasileira. Era necessário criar símbolos, bandeiras, hinos, assim como datas cívicas, patrimônios e identidades coletivas, sem levar em conta as particularidades dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O ideal de nacionalização do esdonovista é

extremamente excludente, pois com a criação de um “inimigo estrangeiro”, deixa-se de valorizar a cultura dos imigrantes, dos quais precisam abrir mão de suas tradições para assimilar uma “cultura nacional” imposta e forjada para o povo brasileiro.

Livre das restrições do constitucionalismo liberal, Vargas pôde reestruturar o governo como queria. A proibição de toda atividade política se estendeu às associações voluntárias de grupos comunitários, entre as quais aqueles organizados por negros em São Paulo no início daquela década. O Estado Novo precisou destruir por completo os elementos culturais estabelecidos, pois essas eram as condições consideradas ideais para a implantação dos novos ideais de cultura, povo e nação.

E os responsáveis pela segurança deixavam que seus próprios preconceitos influenciassem o trabalho que faziam. Quando presos, judeus, negros e militantes dos sindicatos recebiam com freqüência tratamento mais severo do que outros. Cultos religiosos afro-brasileiros eram considerados aberrantes, sendo, portanto, suprimido pela polícia.

Porém, era preciso “elevar” o nível das camadas populares, sendo necessário para isso desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras. No entanto, órgãos oficiais como, a revista *Cultura Política*, veiculavam artigos insistindo na inexistência de um povo brasileiro e na premência de forjá-lo. “Para a gigantesca tarefa de formar a nacionalidade, seria necessário tornar o país homogêneo, aplainando as distinções regionais e raciais que distinguiriam, negativamente, o Brasil”-coloca a Revista. “Os membros da Escola Nina Rodrigues, atribuíam à raça ou cultura mestiça a origem do atraso e males brasileiros”. (CORREA, 1982)

Inseriam-se os arquitetos modernos num movimento intelectual mais amplo que assumia uma postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares. Pensar o Brasil implicava em conceber uma identidade nacional. Desde o século XIX, a problemática da cultura popular estava articulada a da identidade nacional. Em outras dimensões, os intelectuais procuram

intervir nessas práticas populares de modo a estabelecer cidadãos em nova realidade e ordem social. A atitude intervencionista perpassava intelectuais dos mais diversos campos e matrizes políticos – ideológico. A ingerência assumiu, por vezes, um caráter repressivo, como no caso de Leonídio Ribeiro, médico legista da Escola Nina Rodrigues, que exige providência política para o extermínio de algumas tendências do espiritismo.

A implantação de um “patrimônio moderno” é possível, também, pela incipiência do campo arquitetônico nos anos 30 e 40 e, sobretudo, pelo pouco caso devotado às artes nativas pelos dominantes da época, os acadêmicos da Escola de Belas Artes. Fortemente influenciados por uma literatura que via com extremo pessimismo a nação brasileira, o seu povo e tudo a ele referido, consideravam, no início desse século, um absurdo selecionar obras de valor em um conjunto ao qual não atribuíam a menor importância.

A “Revista do Patrimônio” comandada pelo SPHAN, era um instrumento fundamental da difusão das idéias patrimoniais da época.

Do lado oposto, em 1947, é criada a Comissão Nacional do Folclore, chefiada, entre outros, por Édson Carneiro. A proposta básica era a intervenção do Estado no sentido de divulgar e, principalmente, proteger manifestações folclóricas em risco de extinção.

Assim, passam a haver mudanças nos critérios tradicionais de concepção e preservação do patrimônio histórico e cultural nas grandes cidades brasileiras. Cada vez mais, territórios como bairros, favelas, subúrbios e periferias, que tendem a ser pouco reconhecidos – ou mesmo desprezados - na paisagem urbana, passam a ser valorizados, seja por sua história local – que ajuda a contar a história da própria cidade como um todo – seja pelas referências culturais dos seus moradores, importantes para a sua identidade. Esse deslocamento trouxe, também, discussões relevantes sobre a participação das comunidades locais na apropriação do seu próprio patrimônio.

Seguindo esse contexto de mudanças, em 1984 houve uma ruptura na barreira eurocêntrica e elitista. Pela primeira vez um bem importante para a história e memória do povo negro foi reconhecido pelo Estado. O pedido de tombamento do terreiro da Casa Branca gera discussões e polêmica, pois o tombamento de um terreiro de candomblé é um assunto novo dentro do Conselho. Na ocasião, três conselheiros votam a favor do tombamento, um vota contra, dois se abstêm e um pede o adiamento da votação. Cabe ao então secretário de cultura do Ministério da Educação - já que o Ministério da Cultura ainda nem havia sido criado - Marcos Vinícios Vilaça, o voto de minerva. O tombamento é aprovado.“

Portanto, o tombamento do primeiro terreiro, em 1984, foi um momento especial. De maneira geral, o período de 1970 a 1980 é importante na trajetória das políticas de preservação do Brasil porque marca a retomada do antigo projeto de Mário de Andrade de valorização das culturas populares e o avanço no pensamento preservacionistas.

Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral da cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos (CARTA DE MÁRIO DE ANDRADE A PAULO DUARTE, 1937 IN: REVISTA DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO NACIONAL, N. 30, 2002, P. 141).

Assim sendo, o tombamento desse terreiro foi revolucionário em vários sentidos. Pela primeira vez um bem importante para a história e memória do povo negro foi reconhecido pelo Estado, que até então só considerava patrimônio monumentos dotados de uma estética e um tipo de arquitetura particular.

Um novo pensamento pautava as iniciativas do Iphan em relação a “cultura do patrimônio”. Independência, iniciativa e

criatividade começaram a caminhar juntas nessa etapa de libertação de um antigo sistema de valorização da cultura que dominou o Brasil por várias décadas, e que em alguns aspectos ainda exerce influência. A nova leitura baseia-se na revisão do pensamento das políticas públicas para a cultura e patrimônio, descentralizando o fomento das produções, e eliminando a política de balcão de negócios, hegemônica nos governos anteriores.

Em 19 de abril de 2005, em Salvador, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, homologa a decisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de tombiar o terreiro do Alaketu, no bairro de Matatu, em Salvador. O tombamento já havia sido aprovado pelo Conselho do IPHAN por unanimidade. Agora a Bahia possui cinco terreiros de candomblé tombados e reconhecidos como patrimônio histórico nacional: Casa Branca, Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Bate-Folha e o Alaketu.

Os 21 anos que separam o tombamento do terreiro da Casa Branca do terreiro do Alaketu revelam mudanças importantes no que diz respeito à política de preservação no Brasil. Dentre elas, talvez a principal seja a ampliação da noção de patrimônio cultural, a partir da qual os monumentos e manifestações culturais afro-descendentes passaram a ganhar reconhecimento enquanto referências culturais importantes para todos os brasileiros. No entanto esse tempo revela também, a lenta evolução do pensamento de valorização do patrimônio popular no Brasil, do qual ainda hoje privilegia uma classe dominante.

Somente através do conhecimento, valorização e difusão de nosso Patrimônio Cultural, é que podemos garantir sua preservação. Para que isso ocorra, é preciso investir na educação das gerações futuras, garantindo a condição necessária para a apropriação e conservação do patrimônio de uma comunidade ou nação. Assim, a educação patrimonial aparece como uma ferramenta a ser utilizada como forma de resgate da identidade cultural, dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira. Não devemos julgar culturas distintas a nossa por nossa visão de valores, mas sim estar aberto a

percepção dos valores da outra, para assim, realmente conhecê-las, compreendê-las e preservá-las.

Todas as ações que venham a contribuir para o desenvolvimento de uma nação são válidas. Uma sociedade que não conhece seu passado está destinada a perda de sua identidade e ao enfraquecimento de suas raízes. Sendo assim, seu envolvimento no processo de formação e preservação de sua cultura fundamental para a construção e fortalecimento de sua cidadania.

### Os papéis do museu e da educação na valorização do Patrimônio

Os museus possuem um caráter ideológico e pedagógico muito forte que dependendo da forma e da metodologia empregada, tornam-se meras exposições apologéticas a cultura e mentalidades dominantes. Servindo assim para reproduzir e confirmar tais memórias, acaba por socializá-las como se pertencessem a toda sociedade.

Desta forma podemos perceber como a memória influencia todas as classes sociais e como privar certo grupo de sua memória acarretar em alienação.

A memória diz respeito, antes, ao presente que ao passado. Exilá-la no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente... Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação (...) A memória é que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos. A memória interessa-me porque estou vivo, aqui e agora (MENESES, apud RAMOS, 2004, p.31).

O museu, também é responsável por guardar e socializar a memória seu papel é importantíssimo onde percebemos que “Los museos tienen un papel fundamental que desempeñar en este proceso como mediadores, educadores, conservadores y divulgadores que

promueven la compresion de la cultura mundial y la valoración de cada una de las existentes” (HERREMAN, 2000:33).

Dispersar a cultura e socializar idéias é importantíssimo do ponto de vista pedagógico e apresenta um vasto e rico horizonte de possibilidades de trabalho. Em “A danação do Objeto” Ramos discute acerca do caráter pedagógico e ideológico dos museus. Onde elucida que:

O museu sempre teve caráter pedagógico – intenção, nem sempre confessa de depender e transmitir certa articulação de idéias seja o nacionalismo, o regionalismo, a classificação geral dos elementos da natureza, o elogio de determinadas personalidades, o conhecimento sobre certo período histórico, a chamada “consciência gráfica” (RAMOS, 2004, p.14).

A forma de trabalho a organização das exposições varia de acordo com cada instituição e seus efeitos são conseqüências dessas variações. Ideologias, conceitos, fatos e visões são trabalhados de diferentes maneiras em sala de aula e, neste ponto, buscaremos salientar como se dissemina e concretiza uma mentalidade, excluindo as demais possibilidades de trabalho.

Na escola aprendemos a História de grandes líderes, grandes feitos e grandes nações. Percebe-se o mundo de uma maneira genérica, até mesmo vazia. Muitas vezes a realidade local é ignorada. O desinteresse e a evasão tornam-se inevitáveis: Como compreender o mundo se não compreendemos nossa realidade?

O educador Paulo Freire buscou em diversos trabalhos demonstrar que uma outra maneira de aprendizado é possível. Em sua obra, Freire enfatiza como nossa educação é alienante, como aprendemos por aprender, isto é, sem refletir criticamente sobre os porquês de aprender e ainda o que aprender. Freire ainda demonstra como os alunos são tratados como se não soubessem de nada, seu conhecimento não é levado em conta na sala de aula.

A escola tradicional acaba por concretizar verdades, vendendo estas memórias e estes feitos como se fossem de todos os cidadãos.

“Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo o outro introjetado neles, como consciência opressora.” (Freire, 1987: 35)

O que pode ser relacionado com o pensamento de Graham, onde, uma classe senhorial somada aos “intelectuais orgânicos” seria responsável pela construção, manutenção e socialização de um sentimento nacional.

Reflexo do ensino que também pode ser percebido nos museus tradicionais:

Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: (...) o que mereceu ficar no museu de feição mais tradicional era, em geral, o objetivo da elite: a farda do general (...) tudo isso compunha o discurso figurativo de glorificação da história de heróis e indivíduos de destaque (RAMOS, 2004, p.15)

Uma possível leitura crítica que poderia dar conta de um museu tradicional está diretamente ligada à sala de aula, a educação.

É por isso que a visita ao museu deve começar na sala de aula, com atividades lúdicas que utilizem materiais do cotidiano, como indícios de práticas que se fazem nas relações sociais (...) se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas (idem, p. 21).

Eis um ponto importante para a análise. Dois ambientes, escola e Museu trabalhando juntos, ambientes onde frequentemente temos a História das elites sendo representada e socializada.

E nesse ponto temos a questão: Como é possível trabalhar com os excluídos em lugares onde a memória das elites fica tanto em evidência?

Ora tanto Freire como Ramos nos mostram que é possível perceber os excluídos através da leitura crítica, tantos dos objetos como da realidade dos educandos. Mesmo partindo da perspectiva

da elite isso é possível, pois afinal de contas o silêncio e a omissão também têm voz, têm um por quê.

Partindo para os patrimônios a questão da exclusão torna-se mais evidente. São catedrais, palácios, grandes templos e construções que representam a memória e os feitos das elites enquanto patrimônios que dizem respeito aos excluídos são raríssimos, como é o caso dos terreiros de candomblé.

Em geral, guardam-se os objetos e as construções ricas da classe poderosa. guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens culturais usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados sempre podem a levar uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não tem representatividade (LEMOS, 1987, p. 22)

Uma proposta de ligação entre museu, patrimônio e educação, onde os pressupostos locais são levados em conta, onde a memória das elites não sobrepõe a dos excluídos, encontra-se na educação patrimonial.

### Educação Patrimonial como ferramenta de inclusão cultural

A metodologia da Educação Patrimonial, começou a ser desenvolvida no Brasil a partir de 1983, quando foi realizado o 1º Seminário sobre o tema, no Museu Imperial em Petrópolis, RJ, que inspirava-se em trabalhos desenvolvidos na Inglaterra, sob a denominação de Heritage Education. Essa nova visão em relação ao patrimônio, chega ao Brasil, no momento em que está havendo uma mudança na perspectiva da “cultura patrimonial” por parte dos órgãos de salvaguarda do patrimônio, tanto que no ano seguinte, tem-se o tombamento do Terreiro Casa Branca, representativo da cultura negra, como patrimônio nacional.

A Educação Patrimonial aparece como uma metodologia que busca a valorização dos bens culturais a partir das manifestações materiais (objetos) e imateriais (cultura), que pretende levar a

comunidade a um maior conhecimento a respeito da importância da valorização e preservação de seus bens patrimoniais e culturais. É uma proposta que procura fomentar não só o desenvolvimento, como a busca do saber no que diz respeito ao patrimônio, seja ele histórico, cultural ou natural.

As atividades da Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade desperte para uma re-apropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a esta sociedade. A Educação Patrimonial tem como proposta chave à conscientização da população para com o patrimônio, trabalhando para que haja o resgate e a valorização de uma identidade local, regional ou nacional.

O Brasil é um país pluricultural, formado por povos originários de vários países do mundo, possuindo assim, uma enorme diversidade cultural. Essa diversidade que passada de geração a geração, construiu a identidade do povo brasileiro, formando um sincretismo cultural, porém, com cada povo mantendo as particularidades de sua origem.

No contexto de pluralidade cultural, uma cultura não se sobrepõe à outra, como desejava a ideologia do Estado Novo, no qual a classe dominante era a detentora do poder, e defendia que somente o patrimônio pertencente a elite, representativo dos grandes feitos e heróis, deveria ser valorizado e preservado, excluindo assim, os patrimônios de negros, pobres e imigrantes.

A Educação Patrimonial trabalha e procura se desenvolver, visando não o todo de um povo, mas suas particularidades, resgatando valores básicos da identidade de uma comunidade. Este resgate é fundamental para que não se perca a identidade e os patrimônios de uma região, visando sua perpetuação na figura das novas gerações.

A Educação Patrimonial, aparece como uma ferramenta para resgatar e valorizar a cultura dos povos que a sociedade elitista tentou excluir, tratando a cultura desses povos não de forma homogênea, mas sim, valorizando as suas particularidades, e mostrando que cada

uma possui uma importância, dentro da história de cada nação.

É em função dessa metodologia, que atualmente patrimônios representativos das culturas até então excluídas, como imigrantes, negros e pobres foram reconhecidos como patrimônio pelos órgãos nacionais de preservação dos mesmos. Exemplo disso são os terreiros de candomblé, quilombos, cidades de imigração italiana e até campos de futebol de várzea, atualmente tombados como patrimônio cultural brasileiro.

A Educação Patrimonial torna-se possível quando ensinamos através dos patrimônios uma consciência sobre a manutenção e a valorização dos bens culturais, como afirma HORTA: "Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo." (Horta et al., 1999: 6).

Sendo assim, entende-se que a proposta da Educação Patrimonial não deve ser tratada como impositora de uma identidade, como uma obrigação; ela serve como estímulo, um ponto de partida, apresentando, discutindo e gerando em cada indivíduo a necessidade e o interesse em querer identificar-se com o patrimônio, apenas apresentando subsídios para que ele veja dentro de sua comunidade os patrimônios que são significativos de sua identidade.

Portanto, cada indivíduo deve sentir-se parte de sua comunidade, identificando-se com seu patrimônio, elegendo o mesmo, tendo orgulho de sua cultura, sentindo que é necessário valoriza - lá, e preservá-la para que possa ser passada as gerações futuras, para que essa não percam suas origens e particularidades.

## Conclusão

Podemos perceber que no Brasil, a construção da identidade nacional foi uma tarefa das elites. Estas se ocuparam de forjar nosso imaginário patriótico. Isso é justificável no momento em que

compreendemos que os órgãos de proteção do patrimônio foram criados sob a ideologia do Estado Novo, o qual visava a homogeneização da cultura nacional e a exaltação de uma elite representativa da nação.

Essa visão da classe dominante esteve presente (e em alguns casos ainda está), nos museus e na educação, que representa as elites, estando muitos museus em prédios de importância política como palácios e casas pertencentes a personagens históricos das classes dominantes.

Na educação a pedagogia alienante parece contribuir ainda mais para a manutenção dessa mentalidade. Fazendo-se valer de nossa “Ordem e Progresso” estampado na bandeira nacional, qualquer prática educativa que procure romper com esse paradigma é vista com maus olhos por muitos profissionais.

Porém não deixamos de perceber alternativas que procuram romper com essa ideia de patrimônio como algo que pertence apenas às classes abastadas, temos então a educação patrimonial e a educação popular.

As duas práticas buscam a descoberta de uma visão crítica e a valorização do indivíduo e além dos patrimônios individuais utilizam os patrimônios coletivos e até mesmo os que pertencem às elites para fazer sua leitura crítica.

É justamente na crítica que está o grande trunfo, pois foi através das críticas a esse modelo, que surgiu um novo pensamento, rompendo com as barreiras pregadas pelo Estado Novo, criando novas perspectivas em relação ao que é patrimônio, e a quem representa.

Partindo da crítica, torna-se possível a construção de uma verdadeira identidade. Se pela falta de interesse do poder público ou falta de percepção do povo os patrimônios das classes populares estão se perdendo, a partir da leitura do mundo busca-se a reconquista da memória individual e coletiva e a preservação dos patrimônios restantes, para que cada povo tenha sua representatividade dentro da cultura nacional.

Nunca esquecendo, portanto, que o despertar da consciência patrimonial começa através da educação e do reconhecimento dos valores locais, pois a preservação só será possível quando todos, sociedade e governo, entenderem que o futuro de uma nação depende dos esforços que empreendermos de forma consciente, educativa e solidária, promovendo a inclusão de todos que desejam expressar sua cultura.

## Notas

\* Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP-UFSM). Professor do Departamento de História, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Licenciado em História, Mestre em Arqueologia (PUC-RS-1996) e doutor em Arqueologia (MAE-USP-2005)

\*\* Acadêmica do Curso de História da UFSM.

\*\*\* Acadêmica do curso de História da UFSM, bolsista BIC/FAPERGS.

\*\*\*\* Acadêmico do curso de História da UFSM, Bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980, p. 61.

<sup>2</sup> Família, Igreja e Sociedades recreativas, por exemplo.

<sup>3</sup> Para que a sociedade possa tomar consciência de si mesma e manter, num grau de intensidade necessário, o sentimento que tem de si mesma, é preciso que ela se reúna e se concentre. Ora, essa concentração determina uma exaltação da vida moral, que se traduz por um conjunto de concepções ideais em que vem manifestar-se uma nova vida assim despertada (DURKHEIM, 1958, p.32).

<sup>4</sup> Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste (Necoim), da Universidade de Brasília (UnB).

## Referências

BAHIA, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Política e Programa de Preservação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia. Salvador, 1986. In: UCHOA, Sara Gonçalves de Mendonça. Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987). In: [http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas\\_culturais\\_bahia\\_1964\\_1987.doc](http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_bahia_1964_1987.doc) Último acesso em: 15 de março de 2007.

CABRAL, Ana Karina Pereira; OLIVEIRA, Carla Mary S.. Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN , o IPHAEP e o Turismo Cultural. In: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/>

Carla\_Mary\_Oliveira\_Ana\_Karina\_Pereira\_Cabral.htm#EndNote01  
Último acesso em: 12 de março de 2007.

CANTARINO, Carolina. **Reportagem: A consciência do valor? Patrimônio**, Revista Eletrônica do IPHAN. In: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=132> Último acesso em: 10 de fevereiro de 2007.

CANTARINO, Carolina. **Reportagem: Onde está o patrimônio da cidade?** Patrimônio, Revista Eletrônica do IPHAN. In: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=104>, ultimo acesso em 29 de março de 2007. Último acesso em: 12 de março de 2007.

CANTARINO, Carolina. **Reportagem: Quando os deuses se materializam.** Patrimônio. Revista Eletrônica do IPHAN. In: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=44>, ultimo acesso em 29 de março de 2007. Último acesso em: 15 de março de 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária.** Editora Fundação Percecu Abramo, São Paulo, 2000.

CORREA, Marisa. **As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia do Brasil.** SP, USP, 1982. (tese de Doutorado).

DALMOLIN, Cátia (org.). **Mordaça Verde a Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo.** Santa Maria: Pallotti, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAHAM, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado.** Revista Dialogos n°5 P.06. In: <http://www.uem.br/~dialogos/viewarticle.php?id=84&layout=abstract>, ultimo acesso em 29 de março de 2007. Último acesso em: 21 de fevereiro de 2007.

HERREMAN, Yani. **Turismo cultural, patrimonio y museos en América latina: un enfoque humanista.** IN: Museos, patrimonio y turismo cultural. Trujillo, Perú – La paz, Bolivia 21 – 27 de mayo de 2000, ICOM ,Consejo Internacional de Museos.

HORN, Geraldo Balduino e GERMINARI, Geysy Dongley. **O Ensino de História E Seu Currículo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006. P.124.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999. p.6.

LEMOS, Carlos A .C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, 1987. p.22.

LEMOS, Cristian Iribarrem. **O comércio de materiais de demolição. Análise histórica e conceitual sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural**. In: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp239.asp>, ultimo acesso em 29 de março de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fundação Nacional Pró-Memória**. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: 1980.

MUSEO, Revista. **Cultura levada a sério**. In: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.htm>, ultimo acesso em 29 de março de 2007. Último acesso em: 21 de fevereiro de 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. e MACHADO, Humberto Fernandes. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999 p.444.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do Objeto**. O Museu no ensino da história. Ed. Argos, Chapecó, 2004. p 14,15.

## Abstract

In 1937, Mário de Andrade organizes a project for safeguards the brazilian patrimonials possessions. Contemporary in its tendency, gives base for the elaboration of the Decree-law nº25/37, written by Rodrigo Frank Melo of Andrade. However this Decree, takes care of to the objectives of the Estado Novo. Therefore the context that the SPHAN started to act came from a position highly centered, with a definite ideological obliquity and leaned over on an elitist patrimonial culture which it could only promote excludely actions concerning to the national cultural patrimony. The process of nationalization promoted by the Estado Novo, as a matter of fact, speeds up and intensifies something that already was in course in the brazilian dominant influential peoples: the attempt to form a notion of national belonging, a national identity. So, it was necessary that everybody speak and pratice the brazilian culture, without taking in account its origins and traditions. This ideal is characterized for being highly excludent. Therefore, we can see that the Institute whitth should to protect the material and incorporeal patrimonials of the brazilian people, it initiates its jobs directed for a dominant class and excludes the real producers of the culture and history of Brazil. And just since 1984 that it will happen a rupture in the eurocentric and elitist barrier. By the first time na important possessions for the history and memory of the black people was recognized by the State, disclosing a slow evolution in the thought of valorization of the popular patrimonial in Brazil

**Keywords:** Patrimonial, heritage education, SPHAN, Estado-Novo, Exclusion.